

PARECER TÉCNICO Nº 058/2022

Parecer Técnico da empresa **S. E. Engenharia e Consultoria Ambiental** (CREA RS 199051), através da **Responsável Técnica Eng^a Florestal Mestre e Doutora em Agronomia Laura Tres** (CREA RS 184238), Contrato Administrativo Nº 100/2022, firmado com Prefeitura Municipal de Liberato Salzano através da **ART Nº 12105313**.

Atendendo à solicitação do Município de Liberato Salzano, RS, criado pela Lei n.º 4.736 de 01 de junho de 1964, através do Departamento Municipal de Meio Ambiente (DMMA), criado pela Lei Municipal n.º 2.663, de 11 de julho de 2008 e vinculado à Secretaria da Agricultura, criada pela Lei Municipal n.º 728, de 25 de janeiro de 1988 e considerando a Resolução do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) n.º 230, de 01 de fevereiro de 2010 que qualifica o Município de Liberato Salzano para realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, considerando o disposto no Artigo 2º, Inciso I, da Resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) n.º 237, de 19 de dezembro de 1997, esta atividade é passível de licenciamento ambiental e de acordo com a Resolução n.º 372, 22 de fevereiro de 2018 do CONSEMA, seu licenciamento é de competência municipal.

A empresa S. E. Engenharia e Consultoria Ambiental, através de sua equipe técnica foram designados a elaborar este Parecer Técnico com as características a seguir:

REQUERENTE: JOCEANO GUERRA	CPF: 000.393.660-06
ATIVIDADE: SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO NATURAL OU DE FORMAÇÃO FLORESTAL COM ESPÉCIES PIONEIRAS PARA USO ALTERNATIVO DO SOLO NO BIOMA MATA ATLÂNTICA	
CODRAM: 10720,00	
SOLICITAÇÃO: AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL PARA MANEJO DE VEGETAÇÃO NATIVA	
LOCALIZAÇÃO: LINHA GRAMADO, INTERIOR, LIBERATO SALZANO/RS	
MATRÍCULA: Nº 7.340 e 8.041 – CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DE CONSTANTINA/RS	
COORDENADAS GEOGRÁFICAS: 27°38'3.38"S 53°2'41.07"O	
PROTOCOLO ADMINISTRATIVO DMMA: 094/2022	DATA: 23/11/2022
PORTE: MÍNIMO	POTENCIAL POLUIDOR: MÉDIO

Este Parecer Técnico tem como objetivo abordar questões legais, referente aos aspectos ambientais do empreendimento, baseado na legislação federal, estadual e municipal, garantindo assim sua correta concepção e funcionamento.

Este Parecer Técnico baseia-se única e exclusivamente na análise dos documentos constantes no processo administrativo e na Vistoria Técnica realizada no local.

1. CONDIÇÕES E RESTRIÇÕES

1.1 Esta **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL** contempla única e exclusivamente a atividade de **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ESTAGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO NATURAL OU DE FORMAÇÃO FLORESTAL COM ESPÉCIES PIONEIRAS**, a ser realizada na propriedade de **JOCEANO GUERRA**, localizada na Linha Gramado, interior, Liberato Salzano, RS;

1.2 Esta **AUTORIZAÇÃO AMBIENTAL** autoriza a **SUPRESSÃO DE VEGETAÇÃO NATIVA EM ESTÁGIO INICIAL DE REGENERAÇÃO NATURAL**, definida pela Resolução CONAMA n° 33/1994, como vegetação sucessora com fisionomia herbácea/arbustiva, apresentando **altura média** da formação de até **03 (três) metros** e **Diâmetro à Altura do Peito (DAP) menor ou igual a 08 (oito) centímetros**, podendo eventualmente apresentar dispersos na formação, indivíduos de porte arbóreo, entre outros critérios;

1.3 Fica assim **DEFERIDA a Supressão de Vegetação em uma área total de 0,57 ha** de acordo com o projeto técnico, com presença predominante das espécies nativas *Timbó (Ateleia glazioviana)*, correspondendo a mais de 80% da vegetação, *Açoita-cavalo (Luehea divaricata)* e *Mamica-de-cadela (Zanthoxylum rhoifolium)*, com produção de 58,65 mst de lenha;

1.4 Caso ocorra a presença de espécimes de bromeliáceas, cactáceas ou orquidáceas sobre as árvores deferidas para o corte, os mesmos deverão ser transplantados para local adequado, dentro da área de manejo e próximo ao local de ocorrência natural;

1.5 **Conforme Art. 3º da Instrução Normativa SEMA 01/2018, preferencialmente, o cumprimento da Reposição Florestal Obrigatória deverá ser feito pela destinação de área equivalente, em extensão equivalente a área suprimida;**

1.6 **No caso de compensação por plantio de mudas, conforme o § 2º, Art 4, da mesma IN, o plantio deverá ser de no mínimo 586 mudas de espécies arbóreas nativas;**

1.7 **Deverá ser apresentado junto ao DMMA, no prazo máximo de 01 (um) ano a contar da data de deferimento desta autorização, documentação comprobatória da destinação de área equivalente ou laudo técnico de comprovação do plantio das mudas;**

1.8 O transporte regular de toras e lenha de árvores nativas licenciadas, até um consumidor/beneficiador cadastrado, somente deverá ser realizado pelo “sistema DOF”, com emissão de um Documento de Origem Florestal (DOF);

1.9 Os equipamentos (motosserras) utilizados no manejo devem estar registrados no IBAMA;

1.10 Fica proibido o uso de queimadas e/ou fogos pontuais para eliminação de restos vegetais;

1.11 O imóvel em questão encontra-se inserido no Bioma Mata Atlântica, portanto deve-se considerar as normas e procedimentos da Lei nº 11.428/2006 que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica e o Decreto Federal nº 6.660/2008 que regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.428/2006;

1.12 Deverão ser respeitados e preservados os limites de Área de Preservação Permanente (APP), conforme estabelecidos na Lei Federal nº 12.651/2012 e nas Resoluções CONAMA nº 302 e nº 303 de 20 de março de 2002;

1.13 De acordo com a Lei Federal nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 incorre em crime contra a fauna, quem matar, perseguir, caçar, apanhar, utilizar espécimes da fauna silvestre, nativos ou em rota migratória, sem a devida permissão, licença ou autorização da autoridade competente, ou em desacordo com a obtida;

1.14 O requerente **JOCEANO GUERRA** é responsável em observar as condições expressas nesta **Autorização Ambiental**, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrente da má utilização da mesma.

Conclui-se a partir da análise dos dados e informações apresentados no Projeto Técnico que a Autorização Ambiental pode ser expedida, desde que sejam respeitadas as condições e restrições contidas neste Parecer Técnico, estando em conformidade à legislação ambiental.

As recomendações deste **Parecer Técnico** devem constar integralmente na **Autorização Ambiental**.

Portanto, a partir da Vistoria Técnica *in loco*, apresenta-se o Parecer Técnico **FAVORÁVEL**, para a emissão da **Autorização Ambiental**, em caráter precário, para a atividade em questão, respeitando todas as características presentes nos documentos apresentados no processo.

Sendo isso o que tínhamos a relatar, encerramos o presente parecer.

Pela **S. E. Engenharia e Consultoria Ambiental**,

Laura Tres

Eng^a Florestal CREA RS 184238
Mestra e Doutora em Agronomia
Responsável Técnica S. E. Engenharia
e Consultoria Ambiental